

Uma população de livres e escravos ou uma nação que fala português? Duas formas de olhar o destino do Império

Dra. Ivana Stolze Lima

Fundação Casa de Rui Barbosa

Resumo

Confrontando os artigos “Geografia Histórica, Física e Política do Brasil”, de Francisco Nunes de Souza e “Uma resposta”, do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, publicados na Guanabara - Revista mensal artística, científica e literária (Rio de Janeiro, 1849-1856), pode-se discutir uma interessante polêmica entre duas áreas igualmente estratégicas no processo de formação do Estado nacional: as estatísticas sobre a população e as concepções de nação. Os conceitos de população e nação constituíram formas de conhecimento objetivadoras de realidades sociais e simbólicas bastante próprias do século XIX. De um lado, a estatística preocupa-se em classificar os habitantes em diferentes categorias: a condição de livre ou escravo, a cor, a nacionalidade, a religião, o sexo. Do conhecimento então produzido dependeria o bom governo sobre a população, a sua melhor composição, ordem e distribuição sobre o território. De outro lado, o anseio e o forte investimento intelectual em consolidar uma identidade nacional — marcas da historiografia, da literatura, das artes plásticas, da ciência então produzidas — procuravam os elementos sobre os quais poderia ser erguida uma unidade, dentre os quais daremos destaque à língua. Mais do que evidenciar uma divergência teórica entre foros intelectuais comuns, a questão permite refletir sobre os impasses e contradições sociais na formação do Estado Imperial no Brasil.

No dia 2 de dezembro de 1849, Gonçalves Dias, Araújo Porto Alegre e Joaquim Manoel de Macedo compareceram diante do Imperador D. Pedro II, cumprimentando-o pelo seu aniversário, com um exemplar do primeiro número da *Guanabara - revista mensal artística, científica e literária*, que haviam acabado de editar. Os três, cada um a seu modo, tornaram-se artífices significativos da nacionalidade no Brasil. A obra de Gonçalves Dias, principalmente a poética, sedimentou um imaginário nacional bastante duradouro, a partir dos temas da natureza e do índio, de resto comungados pelas diferentes manifestações do romantismo no Brasil. Joaquim Manoel de Macedo foi um escritor de grande popularidade, que contribuiu para gestar, entre os leitores de seus folhetins, um certo conjunto de valores, códigos de conduta e expectativas que marcaram a época, mas também uma certa forma de expressão da língua, ajudando a disseminar, cotidianamente, os usos da Corte como padrão para o Império. Manoel de Araújo Porto Alegre, o mais velho do grupo, que após a Independência adotou como nome a capital da sua província natal, atuou também na construção dos temas nacionais, não só nas letras, mas nas artes plásticas, na música, no teatro. Veterano da idéia de criar instrumentos de divulgação e consolidação do nacionalismo, fora um dos editores da *Niterói: revista brasileira - ciências, letras e artes*, de 1836. Todos perteceram ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O gesto portanto, visto à distância, tem um significado histórico a ser considerado. Revistas literárias, acadêmicas e científicas foram órgãos importantes do romantismo brasileiro e, de forma geral da atividade intelectual naquele contexto. Traduzindo a ausência de especialização nas diferentes áreas, englobadas em uma idéia ampliada do que seria a literatura, artigos sobre química, botânica, história ou poesia, além de notícias bibliográficas compartilhavam os mesmos volumes. A revista *Guanabara*, ao lado da *Revista do Instituto Histórico*, da *Revista Brasileira*, entre outros títulos, representavam o que foi apontado por um contemporâneo como uma “imprensa livre”, pois o Brasil possuiria então

“(…) perto de 80 publicações periódicas, muitas de grandiosas proporções, e outras científicas e literárias, das quais algumas redigidas com gosto e talento; e todas enfim disseminando por toda a

superfície do império mais de oito milhões de folhas proporcionadas aos gostos e instrução dos seus leitores.”¹

Mas, se se tratava de uma “imprensa livre”, esta seria uma “liberdade regrada”², com apoio financeiro e político do Estado.

A revista *Guanabara* mantinha estreita relação com o Imperador, que encabeçava a lista dos assinantes exposta ao final do volume. Pertencia ao mesmo círculo social e intelectual relacionado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro³. Anunciava o tempo em que a “geração que nasceu em 1825” — ano em que nasceu Pedro II — chegava ao poder, como o início de uma “época orgânica”, a da emergência de “uma nação na América”, onde reinariam “o amor de pátria” e “as virtudes da razão social”.⁴

Uma das preocupações expressas no manifesto inicial da *Guanabara*, seria a dualidade ou oposição extremamente maléfica para a nação, entre uma natureza magnífica, e o homem que a habita:

“Tudo é grande e prodigioso neste Brasil; tudo se apresenta debaixo das formas mais belas e mais colossais, – exceto o homem!”⁵

Em um contexto social como o do Brasil, marcado pelo regime escravista, com introdução numerosa de africanos até 1850, pelas rígidas hierarquias de diferentes ordens, pela grande diversidade cultural, étnica, religiosa, lingüística, regional dos habitantes, pelas migrações e imigrações contínuas, certamente era difícil arquitetar um projeto de identidade nacional. As diversidades atravessavam a todo momento o princípio de unidade que se procurava consagrar. Pode ser interessante acompanhar essas tensões e esses impasses, através de um caso específico: a comparação com os investimentos na estatística, baseados no conceito de população.

¹ Francisco de Souza Martins. O Progresso do Jornalismo no Brasil. *RIHGB*. Tomo 8, 1846. Kraus Reprint, 1973

² A expressão foi defendida na *Revista Brasileira*, que seria a continuação da *Guanabara*: “(...) a liberdade regrada, que faz hoje a nossa felicidade, e fará também no futuro a dos nossos filhos”. *Revista Brasileira — Jornal de Ciências, Letras e Artes*. Dirigido por Candido Batista de Oliveira. Publicação Trimensal. Tomo 1. Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert, 1857.

³ Manoel L. Salgado Guimarães, Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o Projeto de uma História Nacional. *Revista Estudos Históricos*, vol.1, nº 1, 1988.

⁴ *Guanabara*, Tomo I, 1851, p. 2.

⁵ *Guanabara*, Tomo I, 1851, p. 2.

Além da historiografia e do nacionalismo literário, em meados do século XIX têm início no Brasil uma certa militância intelectual em defesa de uma especificidade da língua, à qual se atribuirá o papel ao mesmo tempo de distinção em relação a Portugal, e de unificação do Império.

O cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, historiador, crítico literário⁶ e um dos editores da Guanabara, sentiu-se obrigado a responder a um artigo de Francisco Nunes de Souza⁷, ali publicado. As tensões entre pensar a nação e gerir a população — prática igualmente estratégica no processo de centralização política —, entre a unidade e as divisões moveram a resposta de Fernandes Pinheiro ao texto “Geografia Histórica, Física e Política do Brasil”, onde Nunes de Souza refez cálculos sobre a população, contestando os números apresentados por autoridades reconhecidas no tema, Haddock Lobo e Angelo Thomaz do Amaral, sobre a cidade e a província do Rio de Janeiro respectivamente. O sentido geral de sua crítica era apontar um número maior da população global e sobretudo para uma maior proporção de escravos. Na província do Rio de Janeiro, Nunes de Souza afirmava que haveria não 460 mil habitantes livres e 440 mil escravos (soma dos resultados apresentados pelos dois recenseadores citados acima), mas 500 mil homens livres e — para o pasmo e terror dos dirigentes imperiais — um milhão de escravos.

De fato, havia uma forte tendência da parte dos proprietários em não declarar o número exato de escravos, fugindo aos impostos devidos⁸. Mas a questão do número de escravos, naquele momento, tinha implicações mais profundas que a questão fiscal. Tratava-se de administrar a formação da população, seu crescimento e distribuição ordenada pelo território. Nunes de Souza aproximava-se da opinião não exatamente abolicionista, mas contrária aos escravos e mais precisamente contrária ao tráfico internacional e ao que era visto como ameaça de uma “africanização” da nação, e que no início da década de 1850, já decretada naquele ano a Lei Eusébio de

⁶ O cônego Joaquim Fernandes Pinheiro viveu entre 1825 e 1876. Foi professor de retórica e poética no Colégio Pedro II, e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo publicado obras de história dedicadas a crianças, antologias poéticas, além de volumes de história literária, como o *Curso elementar de literatura nacional*, de 1852.

⁷ Francisco Nunes de Souza foi professor e publicou um manual de ensino de geografia. Morreu em 1860.

⁸ Mary Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro*, Princeton, Princeton University Press, 1987, p. 63-64, comenta o fracasso dos censos de 1834 e o de 1838, ambos subestimando o número de escravos.

Queiroz (que determinou a repressão ao tráfico internacional de escravos), curiosamente ainda precisava se fazer ouvir⁹. Segundo o autor do artigo, o quadro trágico retratado pela estatística mostrava, no conjunto do país, que haveria para cada homem branco, dois “de cor”. O desequilíbrio situaria o orgulhoso Império do Brasil em posição de inferioridade em relação aos outros países da América, e o motivo seria agravado exatamente pela diversidade racial da população.

A preocupação ali expressa tinha alguns pontos em comum com as questões levantadas por Francisco Adolfo Varnhagen no seu “Memorial Orgânico” onde propunha, em seus próprios termos, que o Brasil deixasse de ser uma colônia para tornar-se uma nação. Além da divisão territorial, incluindo a mudança da capital para o centro geográfico do Império, dos limites espaciais detalhados, Varnhagen ali preocupava-se com a população, cujo problema para ele não era tanto o pequeno número, mas justamente a heterogeneidade¹⁰. O autor defendia a escravidão indígena, como forma de superar a ameaça da africanização. A proposta incluía ainda uma certa depuração, no ambiente urbano, da presença escrava, limitando seu número nas cidades mais populosas.

No processo de formação do Estado imperial, a estatística ocupou um lugar estratégico. Ao invés de entender o Estado como um aparelho forte previamente dado, constituído de forma definitiva, pode-se distinguir um poder cujo exercício dependia deste tipo de prática e representação em torno da ordenação da população. E naquele duplo gesto de conhecer e ao mesmo tempo construir a população, a operação básica era recortar conjuntos e subconjuntos, estabelecer diferenças, principalmente diferenças de cor, de condição livre ou escrava, de nacionalidade. Deve ser significativo que na década de 1830 ocorresse a forma “Estatística” para fazer referência à atividade que seria “força e grandeza de um país”, e que de fato

⁹ Em linhas gerais, esta foi a linha de atuação do periódico *Philantropo*, órgão da Sociedade Contra o Tráfico e Promotora da Colonização, e Civilização dos Indígenas, que arrolava os malefícios de uma africanização da nação, combatendo o tráfico internacional de escravos. A posição não é de defesa da liberdade do escravos, mas de evitar a presença escrava no seio da “família branca”. *O Philantropo. Periódico Humanitário, científico e literário*. 1849-1852.

¹⁰ *Memorial orgânico. Plano de limites e divisão do território do Brasil e situação de sua nova capital*. [Por Francisco A. Varnhagen]. 1849-1850. A edição original é anônima, e pode ser consultada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Uma versão reduzida, já assinada, foi pouco mais tarde publicada nas páginas da *Guanabara*, tomo I, 1851.

consistiu em um instrumento e meio de um governo que passava, necessariamente, pela administração.¹¹

No número seguinte da *Guanabara*, o Cônego Pinheiro escreveu “Uma Resposta” à análise estatística de Nunes de Souza, procurando afastar a idéia de que “marchamos na retaguarda das repúblicas da jovem América”. Longe disso, o destino de grandeza do Brasil contrastaria com “as repúblicas da raça espanhola”. E, quanto às divisões e desequilíbrios entre livres e escravos, brancos e pretos, fazia também uma afirmação que não deixa de ser, à sua maneira, uma projeção: no Brasil encontram-se

“ligadas as suas diversas partes pela comunidade de interesses, de língua, de Religião”¹².

Unidade existe, segundo o Cônego, dada pelos “interesses” (que, por ser algo do plano da imaginação, o autor não explicita de forma mais direta), pela religião, que sabemos ser a oficial do Império, e pela língua. Essas são as urdiduras que fazem das “diversas partes” do Brasil, uma nação. O caráter vago e indefinido dos “interesses” é correlato à mesma dificuldade de se definir o que era a nação. Antonio Candido comentou esta característica do nacionalismo literário: entre os contemporâneos, “ninguém saberia dizer com absoluta precisão” em que consistia a literatura nacional¹³. Não se trata de apontar ali um defeito ou falta no argumento do cônego Pinheiro Fernandes, mas sim algo imanente às comunidades imaginadas: tratava-se de um certo sentimento, uma determinada tradição, um comportamento singular, de fato indefiníveis¹⁴. No caso da língua, sempre associada à religião católica — conforme pode ser percebido em outros românticos — acredito que podemos encontrar uma elaboração, no plano simbólico, que associava a hierarquia, a escravidão e a

¹¹ Bernardo Pereira de Vasconcelos, ministro das pastas do Império e da Justiça em 1837, assim se refere ao tema: “A todos, e principalmente a vós é conhecida a necessidade de uma Estadística [sic], que não só contenha um censo exato, ou pelo menos aproximado da população do Estado, como também da sua produção em geral, e particular; da sua indústria, riqueza, comércio, administração, e finalmente tudo, quanto forma a força, e a grandeza de um país. Relatório do Ministério do Império, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1838. Um dos capítulos de minha tese é dedicado à história dos censos no Império, especificamente à questão da classificação pela cor. *Cores, marcas e falas. Polissemia da mestiçagem no Império do Brasil*. Programa de Pós-Graduação em História Social, UFF, 2000.

¹² *Guanabara*, Tomo III, 1855, p. 97-98.

¹³ Antonio Candido, O Nacionalismo Literário. In: *Formação da Literatura Brasileira*, (2º vol. 1836-1880). São Paulo, Martins, 1959, p. 10.

¹⁴ Sobre o conceito de comunidades imaginadas, ver Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989.

desigualdade, à crença na unidade da alma humana. Gonçalves de Magalhães, em *Os indígenas do Brasil perante a história*, considera a hipótese de ter havido “no princípio, um só continente, uma só raça, uma só língua”. Ter-se-ia seguido uma posterior dispersão que não anulou a “unidade da espécie humana”¹⁵. Se, por um lado, as idéias sobre uma língua única e original são clássicas, alimentando de teorias a mitos¹⁶, naquele contexto específico de uma sociedade escravista que passava pelo processo de formação do Estado nacional, poderiam servir como atenuante simbólico da desigualdade.

¹⁵ Gonçalves de Magalhães, *Os indígenas do Brasil perante a história*. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*, Tomo 23, 1860, p. 12.

¹⁶ Ver, por exemplo, Michel de Certeau et al. *Une politique de la langue*, Paris, Gallimarc, 1975, especialmente p. 82-98.